

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI

TERMO DE REFERÊNCIA

1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de **SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE LTCAT (LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO)** e **LTIP (LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE)**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Serviços de elaboração de 100 LTCAT (Laudos Técnicos das Condições Ambientais do Trabalho), conforme a metodologia e os registros exigidos pelo Decreto 3.048/99, alterado pelo Decreto 10.410/2020, pela Instrução Normativa nº 128 de 28/03/2022 do INSS, pela legislação municipal e de previdência Unaprev, e pelas exigências do eSocial e 100 LTIP (Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade), observando a legislação nacional, especialmente as Normas Regulamentadoras NR 15 e NR 16, e a Lei Municipal 2.490/2007.	100	R\$ 453,50	R\$ 45.350,00

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a prestação dos serviços de elaboração de 100 Laudos Técnicos das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e 100 Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), a empresa interessada deverá atender aos seguintes requisitos e condições:

Habilitação e Documentação:

Qualificação da Empresa: A empresa contratada deverá ser pessoa jurídica devidamente registrada e atuante no ramo das atividades objeto desta licitação. A empresa deve apresentar toda a documentação prevista no edital.

Atestado de Capacidade Técnica: Emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência e capacidade técnica da empresa na realização de serviços semelhantes.

Documentação dos Profissionais: Indicação e qualificação dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços, que devem ser engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho, com registros profissionais (CREA ou CRM), experiência comprovada e proficiência na área, ressaltando que será esse profissional que realizará as visitas técnicas, avaliações e elaboração dos laudos.

Declaração de Conhecimento: Declaração de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

Execução e Condições do Serviço:

Cumprimento das Obrigações: A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo todos os riscos e despesas relacionados à boa e perfeita execução do serviço.



Condições de Prestação: A prestação do serviço deverá ser realizada em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local estabelecidos pelas solicitações da Prefeitura Municipal de Unai. A contratada deverá entregar os serviços acompanhados da nota fiscal, que deve conter informações sobre o serviço.

Comunicação de Atrasos: A contratada deverá comunicar à Contratante, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, acompanhados da devida comprovação.

Manutenção das Condições: Durante toda a execução do contrato, a contratada deve manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Responsabilidades e Garantias:

Substituição e Reparos: A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir qualquer avaria ou defeito no serviço, sem custo adicional, imediatamente após notificação pela Contratante. Caso os serviços sejam rejeitados, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-los dentro do prazo estabelecido pela Administração.

Descontos e Sanções: Se os serviços não puderem ser refeitos ou executados conforme as exigências, o valor correspondente será descontado das quantias devidas à contratada, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis. Irregularidades não sanadas serão formalmente registradas e sujeitas às penalidades previstas.

Documentação Adicional:

Documentos de Habilitação: A empresa deverá apresentar, na fase de habilitação, toda a documentação exigida para participação, conforme discriminado no Edital, incluindo ART de profissionais habilitados e laudos técnicos necessários.

Esses requisitos garantem que a empresa contratada atenda plenamente às necessidades da Prefeitura Municipal de Unai/MG e asseguram a qualidade e conformidade na execução dos serviços.

3- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Os produtos, objetos desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), de acordo com as solicitações das Secretarias Administrativas e Departamentos desta municipalidade.

As quantidades constantes do Item 1 são estimativas, portanto, a Administração não terá a obrigação de adquirir o total previsto neste edital.

A Contratada deverá entregar os produtos nas quantidades solicitadas, de forma imediata, conforme demanda/solicitação uma vez que o objeto desta aquisição se trata de elaboração de 100 LTCAT (Laudos Técnicos das Condições Ambientais do Trabalho), conforme a metodologia e os registros exigidos pelo Decreto 3.048/99, alterado pelo Decreto 10.410/2020, pela Instrução Normativa nº 128 de 28/03/2022 do INSS, pela legislação municipal e de previdência Unaprev, e pelas exigências do eSocial e 100 LTIP (Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade), observando a legislação nacional, especialmente as Normas Regulamentadoras NR 15 e NR 16, e a Lei Municipal 2.490/2007. Todos os laudos deverão ser entregues impresso e em pdf.

O não atendimento da autorização de fornecimento implicará na intimação da Contratada para que justifique o ocorrido e proceda ao fornecimento no prazo máximo de 02 (dois) dias, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por inexecução parcial do contrato.

Deverão estar inclusos no preço ofertado todos os custos e despesas necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, fretes, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do edital e seus anexos. Frete (CIF).

O início da execução do objeto prestar-se-á mediante recebimento/retirada do empenho ou ordem de fornecimento para a entrega do produto.

O objeto desta contratação deverá observar a necessidades dos servidores das Secretarias desta municipalidade, podendo ser prestado tal serviço de forma diária, uma vez que o objeto da Ata de Registro de Preços visa o atendimento de todas as Secretarias Administrativas da Prefeitura Municipal de Unai/MG.

A Contratada deverá prestar o serviço de acordo com a demanda.

A Contratada deverá comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com devida comprovação.

A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

4- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

4.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

4.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

4.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

4.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

4.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

4.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

4.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

4.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

4.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

4.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

4.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

4.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

4.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

4.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

4.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

5- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O pagamento será executado após execução do serviço.

Liquidação

5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

6- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA ELETRONICA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Micro empreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006,

estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Habilitação Técnica

Comprovante de Registro ou Inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente;

Capacitação Técnico-Funcional: Atestado (s) de Capacidade, emitido por pessoa jurídica de direito privado ou por órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados ou dos Municípios, demonstrando aptidão para desempenho de atividades pertinentes com o objeto desta licitação. Na aptidão referida anteriormente deverá ser comprada a efetiva execução pelo profissional, de serviços de características semelhantes.

Registro no conselho de profissionais válidos (CREA OU CRM)

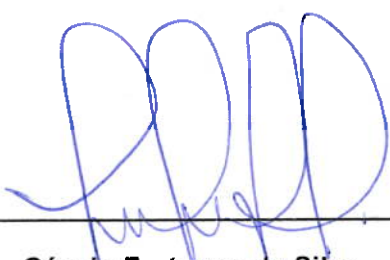
Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 45.350,00 (quarenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais), conforme valores unitários dos itens mencionados neste documento, no item 1.

UNAI-MG, 15 DE SETEMBRO DE 2025



Cássio Frutuoso da Silva

Secretário Municipal de Administração.